



17 + 3 MAR 1981

* 3 MAR 1981

Dívidas do governo já atingem Cr\$ 140 bilhões

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

As dívidas vencidas do governo com o setor privado, principalmente empreiteiras, já se elevariam de Cr\$ 128 bilhões para Cr\$ 140 bilhões, considerando apenas 85% do universo das empresas estatais, levantado até agora pela Sest (Secretaria Especial das Empresas Estatais). É possível, portanto, que concluído o levantamento, a dívida se amplie ainda mais.

De acordo com informantes do Ministério do Planejamento, os dados disponíveis de endividamento referem-se apenas às principais empresas, que enviaram em dia suas relações de dívidas. Dezenas de pequenas empresas, entretanto, especialmente subsidiárias, ainda não remeteram à Sest, devidamente

preenchido, o formulário 50/51, que informa a posição do endividamento em 31 de dezembro do ano passado. Somente após a remessa desses dados é que será possível consolidar a dívida e obter o valor definitivo.

PAGAMENTO

Antes disso, porém, o governo começou a pagar as dívidas atrasadas, dentro do propósito anunciado pelo presidente Figueiredo, de quitá-las até o final de abril. O DNER já pagou Cr\$ 6 bilhões para saldar parte de sua dívida com os empreiteiros, que chega a Cr\$ 40 bilhões. A Sunamam, também altamente endividada, já recebeu Cr\$ 9 bilhões e nos próximos dias terá mais Cr\$ 5 bilhões; a Nuclebrás pagou Cr\$ 3 bilhões, empregando apenas recursos do Tesouro, e a Eletrobrás quitou Cr\$ 20 bilhões em atraso.

Acreditam os economistas da Sest que a partir da liquidação das dívidas em atraso, o controle rigoroso dos níveis de endividamento das empresas evitará a repetição da inadimplência, que não só desmoraliza o governo, como acarreta dificuldades às empresas, principalmente em regime de inflação elevada.

Por expressa determinação do presidente da República, haverá rígida exigência quanto ao cumprimento do dispositivo da exposição de motivos aprovada pelo CDE, estabelecendo que o passivo das empresas estatais em 31 de dezembro de 1981 não deverá exceder o valor do passivo em 31 de dezembro de 1980, acrescido da variação da ORTN, o que significa que o governo não permitirá o crescimento da dívida das suas empresas, em termos reais.